



A LGBTIfobia presente no interior de uma Escola Pública em São Gonçalo – RJ.

Renan Corrêa ¹
Denize Sepulveda ²
José Antônio Sepulveda ³
Daniel Carvalho de Almeida Lima ⁴

RESUMO

Este trabalho de pesquisa foi desenvolvido em um Colégio da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro, no município de São Gonçalo. Baseia-se em uma abordagem qualitativa, o referencial teórico-metodológico é a Pesquisa Nos/Dos/Com os Cotidianos (Alves 2002). Para a análise dos dados e leitura das narrativas dos sujeitos foi utilizado o Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg (1989). Observou-se que xs alunxs LGBTIS, sofrem práticas discriminatórias na escola que se configuram como LGBTIfóbicas, por parte de outrxs alunxs, professorxs e funcionárixs e também por uma das coordenadoras, pois a mesma se refere a elxs em tom ofensivo. Como conclusão levantamos como pista que a maior receptividade da instituição escolar com relação a pesquisa para estar arrolada ao desconhecimento da direção em relação à temática da transgeneridade e a complexidade que a envolve, já que o colégio recebeu studentxs transgênerxs. Outro indício também colhido, porém, a partir do método de observação, foram as atitudes lesbofóbicas de um inspetor que chama a atenção de um casal de lésbicas abraçadas no pátio, mas desconsidera um casal heterossexual abraçados próximo a ele, não chamando a atenção deste casal. Sendo assim, podemos perceber pistas, indícios e sinais de práticas homofóbicas e lesbofóbicas ocorrendo na escola.

Palavras-chave: Práticas, LGBTfóbia, Preconceitos.

INTRODUÇÃO

As questões de gêneros e sexualidades tem ganhado muita atenção nas mais variadas esferas da sociedade. No campo educacional, há se assim podemos dizer uma guerra onde de um lado temos xs⁵ conservadorxs a favor de que a discussão de gêneros não ocorra dentro dos espaços escolares, um exemplo é o Movimento Escola Sem Partido (MESP), de outro, há um pensamento mais progressista, lutando para que essas discussões possam ocorrer, com a finalidade de que haja mais igualdade entre os gêneros e menos preconceito.

¹ Graduado do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores – RJ, naner_rj@hotmail.com ;

² Professora Orientadora: Doutora, Faculdade de Formação de Professores – UERJ - RJ, denizesepulveda@hotmail.com ;

³ Professora Co-Orientador: Doutor, Universidade Federal Fluminense - RJ, jamssepulveda2@hotmail.com;

⁴ Mestrando pelo Curso PROFMAT Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, sgo.danielc@gmail.com ;

⁵ Faço o uso do “X” nas palavras, como demarcação política, e do ponto de vista linguístico e gramatical é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres, pois normalmente só o gênero masculino é privilegiado. Desta forma, para romper com essa supremacia do gênero masculino na escrita, optei pelo uso do “X”. (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016a).



Segundo Bonazzi (2000), fica mais fácil entender o conceito de conservador pela variedade de significados atribuídos ao adjetivo, do que entender o substantivo conservadorismo pela dificuldade de determinar a sua natureza e os seus fins. A inexistência de uma teoria política comum que defina xs conservadorxs e a dificuldade dxs conservadorxs em sistematizar suas próprias ideias complica mais ainda a compreensão do termo. Com isso, o uso da palavra entra no cotidiano com sentidos variados, ganhando vida e sendo apropriada, muitas vezes, como forma de xingamento.

Libâneo (1994) diz que a pedagogia progressista designa as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Essas tendências são denominadas como: Pedagogia Progressista Libertadora, Pedagogia Progressista Libertária e Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos e Histórico-Crítica.

Sendo assim, de acordo com Sepulveda e Sepulveda (2016), desde 2014, período da discussão e aprovação do atual Plano Nacional de Educação (PNE), o MESP vem propondo projetos de lei que estão sendo apresentados nos estados e municípios com nomes variados, mas com os mesmos objetivos, tendo como referência o PL 2731/2015 proposto pelo deputado Eros Biondini, do Partido Trabalhista Brasileiro de Minas Gerais (PTB-MG), que, "Altera a Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o PNE e dá outras providências". Este novo projeto de lei altera o PNE para "dispor sobre a proibição do uso da ideologia de gênero na educação nacional". Cabe ressaltar que este projeto de lei foi arquivado no final de 2018.

Em 2019, mais precisamente no primeiro dia de trabalho na câmara dos deputados, a deputada federal Bia Kicis do Partido Social Liberal (PSL) do Distrito Federal, apresentou uma nova versão do projeto Escola Sem Partido, sendo esta segunda proposta mais rigorosa, onde xs alunxs estão livres para filmar e denunciar xs professorxs que descumprirem a lei. Esta nova versão vem a ser a PL 246/2019.

O projeto MESP foi criado pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, que denuncia que xs professorxs nas escolas são doutrinadorxs de esquerda, mais especificamente, aliciadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

Antes de entrar no debate da necessidade de se haver discussões sobre a temática dos gêneros nos espaços escolares, se faz necessário dar uma definição do que são gêneros, sexualidades e sexo. Os conceitos não significam a mesma coisa, por isso estabelecer a diferença entre eles, é primordial para que possamos compreendê-los. Relativo à questão de

gêneros, Louro (2008) afirma que os seres humanos se identificam socialmente como masculinos, femininos ou não binários, essas identificações seriam as identidades de gênero. Neste caso, o critério de classificação está baseado principalmente na identidade subjetiva da pessoa. As identidades humanas não são herdadas, mas construídas por uma trama de elementos associados à personalidade, influências familiares, culturais e sociais.

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos pareceram absolutos, quase soberanos. (LOURO, 2008, p. 18).

Ainda segundo Louro (2008) à sexualidade diz respeito à forma como o sujeito vivencia seus desejos e deleite corpóreo, esses podem ser praticados de diversas maneiras, com pessoas do mesmo sexo, de sexo diferente, com ambos os sexos, sem parceiros e os assexuados que não sentem desejo por nenhum sexo.

Observamos que os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, eles podem “viver seus desejos corporais” de muitos modos (WEEKS, apud BRITZMAN, 1996). Suas identidades sexuais se constituem, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, como parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. (LOURO, 2008, p. 26).

O sexo está relacionado às características físicas de um ser humano, aos órgãos genitais e às formas do corpo. Segundo o sistema genital e aos aspectos biológicos de uma pessoa, ela será definida como mulher, homem ou em raros casos como intersexual. Falando novamente sobre o campo educacional, é necessário frisar que nos cotidianos das escolas, é grande a diversidade presente, porém há pessoas que não conseguem conviver bem com tantas diferenças. Com a finalidade de saber como se dão essas relações no ambiente escolar, já que este é tão diverso, faz-se necessário mergulharmos e observarmos o dia-a-dia deste convívio entre xs frequentadorxs deste ambiente.

A partir de observações tentamos identificar se alunxs, sofriam processos de exclusão, por conta de suas orientações sexuais. E em caso positivo, quem praticava.

Essas práticas excludentes não são exclusivas apenas de uma escola, afinal de contas todo espaço escolar é heterogêneo, sendo assim, procuramos uma instituição escolar, neste caso, o Colégio Estadual Walter Orlandini, para realizar nossa pesquisa, e verificar como se dá neste as relações dos alunos LGBTIS+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais e Simpatizantes), com os/as demais colegas, professores(as) e funcionários(as) da instituição escolar.

A escolha pelo local onde a pesquisa está sendo realizada se deu pela proximidade da Escola com a Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É necessário ainda enfatizar, em relação ao ambiente escolhido como lócus da pesquisa, que a direção e coordenação da unidade de ensino, após tomarem conhecimento do projeto a ser desenvolvido, tiveram uma postura de apoio, dando-nos total liberdade para realização da investigação.

Sendo assim, nossa entrada na escola, se deu com a finalidade de saber se dentro do Colégio Estadual Walter Orlandini, ocorrem práticas preconceituosas e discriminatórias contra alunos e alunas LGBTIS, quais são estas práticas e como elas são desenvolvidas.

METODOLOGIA

Dessa forma, do ponto de vista procedimental, para desenvolver este trabalho, utilizamos uma abordagem qualitativa de pesquisa desenvolvida por meio de observação/presença continuada no local, pois o tema a ser investigado é complexo e precisa ser abordado considerando-se essa complexidade. Essa modalidade de pesquisa, em que o pesquisador mantém um contato direto e prolongado com a situação estudada no trabalho de campo, é a mais indicada. O contato do pesquisador nos/dos/com os cotidianos, com os sujeitos pesquisados, no trabalho de campo, permite recolher diversas informações, que são pistas, indícios e sinais, muitas vezes inesperados, que ajudam a perceber muitas das relações que atravessam o problema de pesquisa.

O cotidiano exige ver além daquilo que os outros já viram, e que o pesquisador:

(...) seja capaz de mergulhar inteiramente em uma determinada realidade buscando referências de sons, sendo capaz de engolir, sentindo a variedade de gostos, caminhar tocando coisas e pessoas e me deixando tocar por elas, cheirando odores que a realidade coloca a cada ponto do caminho diário. (ALVES, 2002, p. 17).

Além do mergulho que é um dos movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos, existem mais três: virar de ponta-cabeça, beber em todas as fontes, narrar a vida e literaturizar a ciência.

O segundo movimento a ser feito é compreender que o conjunto de teorias, conceitos e noções que herdamos das ciências criadas e desenvolvidas na chamada modernidade e que continuam sendo um recurso indispensável, não é só apoio e orientador da rota a ser trilhada, mas, também e cada vez mais, *limite* ao que precisa ser tecido. Para nomear esse processo de compreensão de que é limite aquilo que nos habituamos a ver como apoio, parafraseando o historiador Hill (1987), que estuda momentos anteriores de grandes mudanças, estou usando a ideia de *virar de ponta-cabeça*.

Para ampliar os movimentos necessários, creio que o terceiro deles, incorporando a noção de *complexidade* [...], vai exigir a ampliação do que é entendido como fonte e a discussão sobre os modos de lidar com a diversidade, o diferente e o heterogêneo. Creio poder chamar a esse movimento *beber em todas as fontes*.

Por fim, vou precisar assumir que para comunicar novas preocupações, novos problemas, novos fatos e novos achados, é indispensável uma nova maneira de escrever, que remete a mudanças muito mais profundas. A esse movimento talvez se pudesse chamar de *narrar a vida e literaturizar a ciência*. (ALVES, 2002, p. 15-16).

Nosso contato com o cotidiano escolar, com xs sujeitxs pesquisadx, no trabalho de campo, permitiu recolher diversas informações por vezes inesperadas, que nos ajudaram a perceber algumas relações que atravessam a pesquisa. E para a leitura desses dados, que são pistas, indícios e sinais, utilizamos o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989). O autor nos remete à necessidade de se trabalhar sobre os indícios que a realidade apresenta. Ler pistas e sinais, tentar entender através desses alguns significados daquilo que não temos capacidade de compreender de outro modo, captar neles informações do real não acessíveis pelos meios tradicionais de pesquisa; é esse o fundamento do paradigma indiciário, que segundo o autor, foi concebido e atesta as influências deste paradigma.

DESENVOLVIMENTO

A partir das percepções e observações já realizadas por outrxs pesquisadorxs, (LUZ, 2018; SEPULVEDA, 2012), foi possível identificar no Colégio Estadual Walter Orlandini que alguns alunos e alunas, sofrem processos de exclusão, por conta de suas orientações sexuais. Tais processos são praticados por outrxs alunxs, por professorxs e funcionárixs.

Essas práticas excludentes não são exclusivas de apenas uma escola, apesar de reconhecermos que todo espaço escolar é heterogêneo, percebemos que existem em muitas instituições escolares procedimentos de discriminação com relação a muitos alunos LGBTIS+. Sendo assim, procuramos uma escola, neste caso, o Colégio Estadual Walter Orlandini, para realizar nossa pesquisa, e verificar como se dá no espaço desta escola, as relações dxs alunxs LGBTIS+, com xs demais colegas, professorxs e funcionárixs da instituição escolar.

Os processos de discriminação costumam ter, na sociedade ocidental, uma sutileza que dificulta sua identificação. Eles se encontram, muitas vezes, nas “entrelinhas” dos discursos, nas rotinas, nos costumes, perpetuando-se nas relações sociais. É uma “tática” silenciosa tão poderosa que faz com que esses processos pareçam naturais. (FACCO, 2011, p.19).

Segundo Sepulveda (2015), as práticas discriminatórias desenvolvidas contra alunxs LGBTIS+ no cotidiano escolar, pode influenciar negativamente na formação das identidades, afinal são atitudes desumanas.

Não posso deixar de pensar em algumas práticas pedagógicas perversas que ocorrem na escola, pois essas muitas vezes fundamentam processos de exclusão escolar e também fazem parte das redes que constituem os alunos, influenciando em suas tessituras identitárias. Reafirmo, assim, a ideia de que os processos de exclusão escolar são desumanizantes e podem causar danos aos processos de formação identitária daqueles que são vitimados por eles em função daquilo que lhes é constitutivo. Em geral, o sujeito excluído sente-se discriminado e estigmatizado, o que pode acabar por intervir negativamente na identificação de si próprio. (SEPULVEDA, 2015, p. 112).

Durante as nossas observações, pudemos perceber que xs estudantes que se auto intitulam LGBTIS+, sempre se reuniam durante o intervalo em dois locais específicos, o mais utilizado é a entrada do refeitório, um local bem escondido da vistas de todxs, pois é um corredor em formato de “L”, já o outro ambiente, é embaixo da escada que liga o pátio ao segundo andar do prédio.

Vale ressaltar aqui que as situações vividas nos levaram ao tema pesquisado. Nosso desconforto se deu em relação a algumas práticas tecidas em algumas escolas em relação aos alunos gays, as lésbicas, axs bissexuais e axs transgênerxs, o que nos levou a perceber o assunto como um tema significativo de estudo, tornando-se de extrema importância, pois partimos do princípio que as práticas discriminatórias deferidas contra xs alunxs LGBTIS nas escolas podem influenciar de maneira negativa no desenvolvimento da autoestima, interferindo assim, em suas atuações nos vários espaços sociais.

Nosso contato com o cotidiano escolar, com xs sujeitxs pesquisadx, no trabalho de campo, permitiu recolher diversas informações por vezes inesperadas, que ajudaram a perceber algumas relações que atravessam a pesquisa.

Portanto, este trabalho teve como objetivo, realizar investigações com a finalidade de constatar se tais atitudes discriminatórias contra xs alunxs com orientação homossexual se constituíram em práticas homofóbicas, quem as exercem e também analisar se tais práticas influenciam no processo de aprendizagem destes alunos e alunas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muitxs funcionárixs e professorxs, afirmaram desconhecer qualquer prática homofóbica na escola, alguns outrxs alegavam ter presenciado algumas ações discriminatórias contra

alunxs LGBTIS+ e dentre estxs há aquelxs que declaram ter observado, porém, as minimizam informando que eram somente algumas brincadeiras.

Para o funcionário “A”, todxs xs alunxs são aceitos da mesma forma, não havendo distinção ou acepção, seja de cor, raça, religião, gênero e orientação sexual. *A escola age com tranquilidade e os alunos homossexuais são recebidos nesta instituição com o mesmo respeito que os demais alunos.*

Já de acordo com xs estudantes gays e lésbicas, há sim práticas discriminatórias contra elxs dentro do espaço escolar, principalmente por parte de professorxs e funcionárixs e que infelizmente não há intervenção por parte da direção, para que tais práticas sejam ao menos diminuídas.

(...) Escola não apenas entende diferenças e desigualdades, como as produz. Ela possui aquele “modelo” de estudante idealizado, que corresponde, com perfeição, ao que se espera dele. Não sabendo lidar com os estudantes que não correspondem a esse modelo, a escola acaba por contribuir para introjetar em todos, cada vez mais, o pensamento discriminatório. Os preconceitos estão de tal forma arraigados no pensamento social que, muitas vezes, os professores reproduzem hoje os discursos de discriminação sem perceber. (FACCO, 2011, p. 27).

O funcionário “A”, afirma que todxs são aceitos e recebidos na escola da mesma forma, porém, ao presenciar duas alunas abraçados no pátio, pedem que elas se separem pois ali é uma escola, porém, a sair de perto das meninas ele se depara com um casal heterossexual abraçados da mesma forma que as meninas estavam, passa, olha para o casal e nada diz. De acordo com (Louro, 2008, p.21), “a sexualidade permanece como alvo privilegiado da vigilância e do controle das sociedades. Ampliam-se e diversificam-se suas formas de regulação, multiplicam-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe normas”.

Ainda de acordo com Louro (2008) a escola é um local que indica quem são xs alunxs que serão os exemplos a serem seguidos e a não ser seguidos de uma forma naturalizada. Dessa forma, é necessário penalizar, chamar a atenção, enquadrar e até mesmo marginalizar aquelxs que não servem como exemplo.

Quando chegamos na instituição escolar, como estudantes, aprendemos um número grande e bem variado de regras, e também é delimitado o espaço das meninas e dos meninos. Os rapazes vão para a quadra jogar futebol, enquanto as meninas ficam no pátio conversando com suas amigas, brincando de boneca ou se divertindo com alguma “brincadeira de menina”. Quando uma criança tenta ou quebra essa barreira imposta é bem provável que será repreendida por colegas e/ou professorxs que foram condicionadxs a segregar os espaços e diferenciá-los em lugar para meninas e lugar para meninos.

De acordo com Sepulveda (2012, p.152), “vivemos em uma sociedade que tem a necessidade de se enquadrar em padrões, a fim de definir e delimitar os espaços onde os sujeitos podem estar”.

[...] os gêneros são a primeira marcação identitária e de diferenças a que estamos expostos, ocorrendo antes mesmo de nascermos. Isso porque nascemos num mundo já organizado discursivamente e estabelecido na relação saber-poder. A pergunta “é menino ou é menina” inicia uma definição e uma diferença que nos enquadra, que nos marca, que nos organiza e que precisa de investimento para a sua concretização. Butler (2004) argumenta que, ao tratar essa sujeição e regulação ao gênero como algo que antecede ao nosso nascimento e marca nossas identidades, é importante levar em conta duas advertências advindas de Foucault. Por um lado, a ideia de que o poder regulador não atua somente sobre esses sujeitos preexistentes, mas que ele forma o sujeito e, neste sentido, ele é produtivo. Por outro lado, estar sujeito a essas normas de gênero e sexualidade é também estar subjetivado por elas, num constante processo de construção. (FERRARI, 2010, p. 256).

Sendo o gênero um conceito elaborado, histórica e culturalmente, as estruturas e construções sociais relacionadas ao gênero estão “entranhadas” e “entrelaçadas” em nosso cotidiano, seja na maneira como classificamos as coisas, a forma como escolhemos nos vestir, falar, andar, sobre o que pensar, do que ou de quem gostar e principalmente de como devemos nos portar perante a sociedade.

Gênero [...] é um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder. (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 10).

Os assuntos acerca das questões disciplinares dos corpos e como ele foi moldado e manipulado pelas instituições políticas e pela sociedade, possuem um lugar fundamental nas análises de Michel Foucault. Dentro deste assunto, ele nos traz conceitos importantíssimos, como “poder disciplinar”, “corpo adestrado” e “corpo manipulável”.

Segundo Foucault (1979) o poder disciplinar não é um aparelho nem uma instituição, é um dispositivo, um mecanismo, ou seja, um instrumento de poder usado por essas instituições. É um tipo de disciplina que trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade. A disciplina fabrica assim corpos submissos, corpos dóceis.

O corpo é objeto e alvo do poder. O corpo aqui é algo que se modela, se treina, que obedece, responde e se torna hábil. Ainda segundo Foucault (1979), não se trata de cuidar do corpo em massa, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente, de exercer sobre ele uma coerção, de mantê-lo ao mesmo nível da mecânica, ou seja, Foucault refere-se a movimentos, gestos, atitude e rapidez, um poder total sobre o

corpo. O corpo humano entra numa “maquinaria” de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe.

Acreditamos que a escola seja um local onde os corpos estão expostos, para serem moldados e construídos socialmente, seguindo as regras e normas de padrões já pré-estabelecidos. E é através dessa construção forçada, destes corpos, que vão se produzindo e reproduzindo as diferenças e as desigualdades.

Em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, têm sido nomeadas e nomeadas como diferentes aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos. A atribuição da diferença é sempre historicamente contingente ela é dependente de uma situação e de um momento particulares. (LOURO, 1997, p.49 e 50).

Assim, nossa percepção é que muitos espaços escolares se tornam instituições com um grau elevado de práticas discriminatórias e que não tem conhecimento de como lidar com as diferenças que estão presentes em seus cotidianos. No caso sobredito, percebemos e levantamos como pistas que o inspetor escolar em questão tomou uma atitude extremamente discriminatória com as meninas, sinalizando que o mesmo não sabe lidar com as diferenças relativas as sexualidades presentes na escola pesquisada. Cabe ainda ressaltar que as jovens não eram um casal, eram somente duas amigas, mas provavelmente por uma delas ser lésbica, a prática lesbofóbica, tenha ocorrido.

Estes casos ocorrem a partir da intolerância das pessoas, por não saberem lidar com a diferença dxs outrxs. Aquelxs que fogem aos padrões heteronormativos, xs que vão contra as “dominações de poder estabelecidas”, são discriminadxs, postos a marginalidade e até vistxs como “estranhx” por aquelxs que se “encontram no poder”.

Do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado à distância, fora do universo comum dos humanos. Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de Sodoma – outras tantas designações que, durante vários séculos, serviram para qualificar o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Confinado no papel do marginal ou excêntrico, o homossexual é apontado pela norma social como bizarro, estranho ou extravagante. (BORRILLO, 2012, p. 13 e 14.).

Essas dominações de poder estão e são tão bem estabelecidas no cotidiano da nossa sociedade, os carinhos e abraços de um casal heterossexual no ambiente escolar são normais e visto com naturalidade, uma vez que se enquadram no binarismo dominante, macho e fêmea. Quando se trata de duas pessoas do mesmo sexo, neste caso de duas garotas, que expressam afeto da mesma forma, mesmo não se tratando de um casal de namoradas, foram repreendidas, pois não é autorizado em nossa sociedade, pessoas do mesmo sexo

demonstrarem publicamente afeto e carinho, visto que não se enquadram na lógica binária dominante. Situações como estas, desestimulam alunxs, afastando-xs do processo de escolarização (SEPULVEDA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que há uma conexão entre o conservadorismo, no que se refere aos valores pessoais e crenças, e as práticas LGBTIfóbicas dentro e fora dos espaços escolares. Devido aos ensinamentos e doutrinação religiosa, há a correlação entre homossexualidade e pecado, fazendo assim com que pessoas LGBTIS+ sofram processos de discriminação.

Durante o tempo em que estivemos no Colégio Estadual Walter Orlandini, percebemos, como já dito anteriormente, que ocorrem práticas LGBTIfóbicas no cotidiano da escola, e que há a necessidade de políticas públicas que combatam o os preconceitos institucionalizados em nossa sociedade. Tal combate visa o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas e capacitação de professorxs, como também de funcionárixs para melhor lidarem com a diversidade de gêneros e sexualidades presente na instituição escolar. Ainda neste sentido, enfatizamos a importância de uma formação capaz de sensibilizar xs docentes e funcionárixs para um olhar de acolhimento as diferenças dxs sujeitxs, que xs ensine a adotar meios e estratégias capazes de impedir ou ao menos diminuir o preconceito e a discriminação.

Existe também uma urgência de alteração dos currículos para que atendam a todxs e não somente aos que se encaixam nos padrões normativos. Portanto, a escola juntamente com a comunidade, deveriam desenvolver projetos que estimulassem a aceitação das diferenças e promover o entendimento sobre o assunto, uma vez que foi possível perceber que muitxs funcionárixs da escola em questão não sabiam o que era homofobia ou tinham uma visão equivocada sobre o assunto.

Acreditamos que ações simples como o estabelecimento de palestras já auxiliam de alguma forma no conhecimento de conceitos como homofobia, por exemplo, e que são de suma importância para aquелxs que atuam no ambiente escolar.

Outro e último ponto a ser destacado nessas considerações, é a atenção em relação as piadas e as situações constrangedoras que envolvem xs estudantes, pois é comum ouvir piadinhas LGBTIfóbicas, pelo fato de um menino ser um pouco mais delicado que os demais ou em relação a menina que não é tão delicada quanto as outras, ou seja, questionando as expressões de gêneros dxs outrxs, só porque estxs fogem aos estereótipos de comportamentos de gêneros já definidos socialmente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho — o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; _____. Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BONAZZI, Tiziano. Verbete conservadorismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

FACCO, Lucia. A escola como questionadora de um currículo homofóbico. In: SILVA, Joseli Maria. SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

FERRARI, Anderson. Você já deve saber sobre minha “orientação sexual” (se não sabia, ficou sabendo agora, hehe) – subjetividades e sujeitos em negociação. In: FERRARI, Anderson. *Sujeitos, subjetividades e Educação*. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. *Diferentes, não desiguais: a questão do gênero na escola*. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LUZ, Luiz Otávio Ferreira da. O menino princesa: gênero e sexualidade na educação infantil. In: SEPULVEDA, Denize; AMARO, Ivan. *Gêneros, Sexualidades e Educação na Ordem do Dia*. Curitiba: CRV, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SEPULVEDA, Denize. *Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: a homofobia e sua influência nas tessituras identitárias*. Tese de doutorado em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

_____. Formação de Identidades e Processos de Subjetivação na Escola. *Revista Teias*, v. 16, n. 43, 2015.

SEPULVEDA, José Antonio; SEPULVEDA, Denize. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: A importância da laicidade. *Revista Teias*, v. 17, n. 47, 2016.